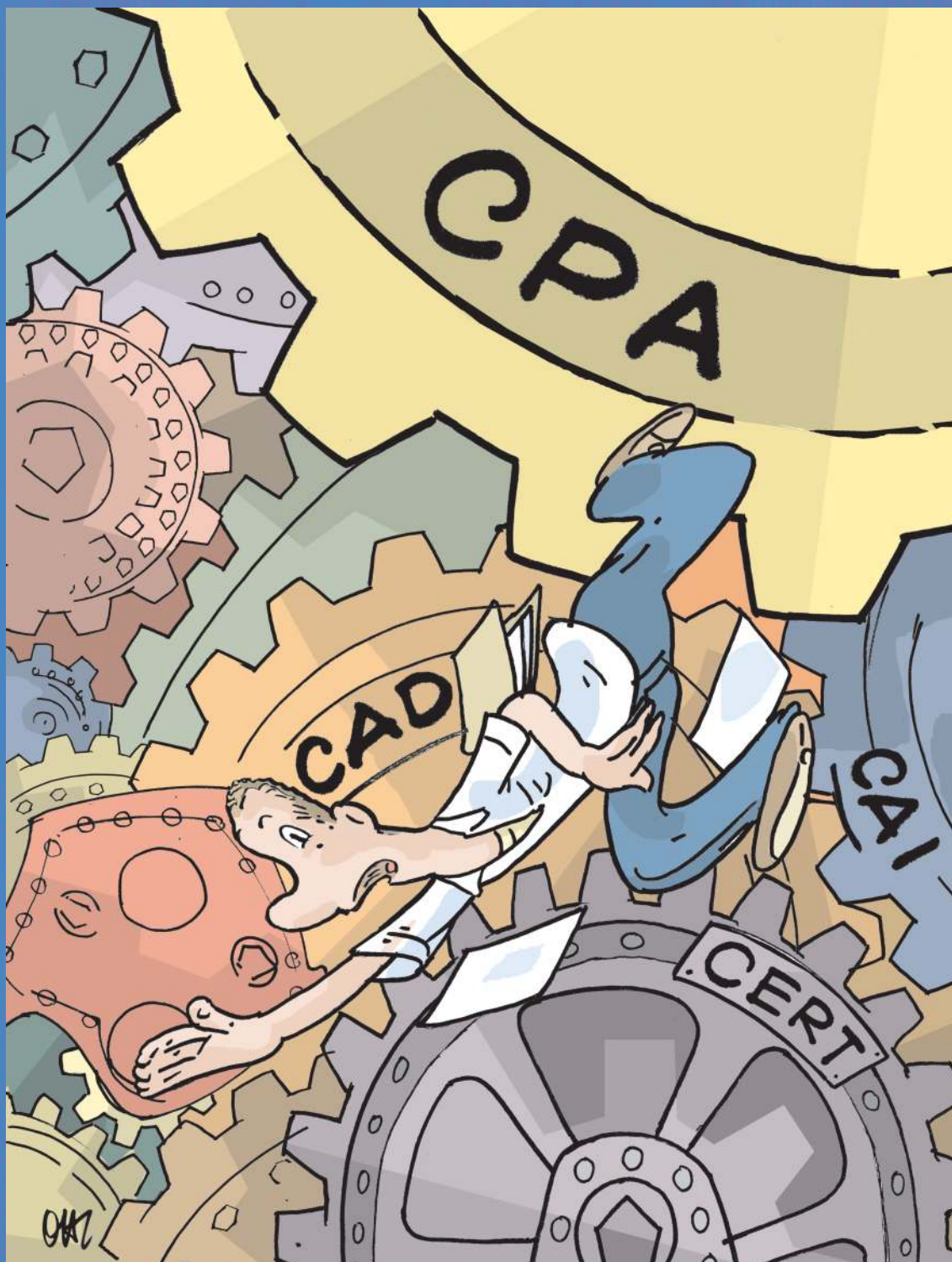


ESPECIAL Adusp

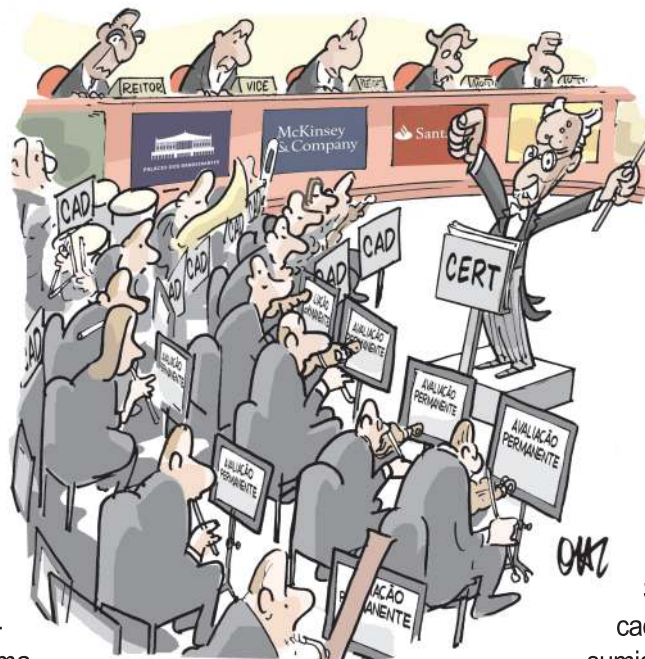
Outubro de 2018



Avaliar para *in*evoluir

Novo sistema de "avaliação" centralizada prioriza punição e controle dos docentes

USP inicia nova “avaliação” ignorando contextos e história



O processo que culminou com a aprovação do Estatuto do Docente e do novo Regimento da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) ocorreu desde seu início, com o GT-Atividade Docente, de forma açodada, escusa, suspeita.

A Adusp dirige-se à comunidade docente, mais uma vez, para alertar sobre os propósitos desse processo, que distorce o uso de expressões “edificantes”, como evoluir, melhorar, progredir.

Ensino, pesquisa e extensão na USP — constitucionalmente indissociáveis — são tão importantes quanto complexos. Seus objetivos referem-se à formação de pessoas para a cidadania e profissionais para a atuação em todas as áreas do saber, além de serem essenciais à produção de novos conhecimentos.

No Brasil, apenas as universidades e demais instituições **públicas** de pesquisa realizam pesquisa básica, não necessariamente atrelada a resultados de curto e médio prazos. **Financiamento público adequado e autonomia didático-científica e de gestão** são condições que podem garantir a contribuição social inédita dessas instituições. O tripé ensino, pesquisa e extensão na USP tem o reconhecimento da sociedade e sua continuidade depende, sobretudo, da adequação das condições de trabalho. É essencial garantir um ambiente saudável na USP!

Insistimos: o trabalho docente na USP tem sido constantemente avaliado, seja no período experimental dos regimes de trabalho ou no período probatório; seja frente aos resultados da docência e da orientação na graduação e na pós-graduação; quando da submissão de trabalhos científicos e dos projetos de pesquisa e extensão; quando da participação em encontros acadêmicos e científicos; ou ainda quando do cumpri-

mento das exigências relativas à progressão na carreira. Ou seja: sempre fomos avaliados!

Então, como justificar esse “novo processo de avaliação institucional e docente”?

Qual a intenção de quem propõe “Avaliar para evoluir”?

Sejam quais forem os significados de “avaliar” e “evoluir” assumidos pelos proponentes, eles

deveriam pressupor a elaboração de um diagnóstico sobre quais problemas pretende-se resolver. Ora, tal diagnóstico jamais foi apresentado.

A decisão sobre a “nova” CPA nunca explicitou a que veio e nem promoveu amplo debate. A quem interessa e quais seriam os verdadeiros propósitos da implantação, sem contexto e sem história, de uma sistemática de “avaliação” burocrática e produtivista?

“Avaliar para evoluir” busca neutralizar e tornar palatável o que se pretende impor ao corpo docente e à USP: um processo de “avaliação” mecânico, linear e unifacetado, cujos objetivos são aprofundar um *modus operandi* que promova alienação individual e coletiva, e submeter a instituição pública a interesses privados.

Nunca é demais lembrar que, quando representante da Congregação da Escola Politécnica, na reunião do Conselho Universitário de 5/12/2000, o hoje reitor Vahan Agopyan assim se manifestou:

“A avaliação é uma ferramenta de qualidade e não de punição. Avaliação de punição é pré-época medieval. (...) Usar o mesmo instrumento de medida para avaliar 35 unidades com características diferentes é de uma mediocridade que não cabe em uma Universidade como a USP.”

Hoje são 52 unidades, portanto a diversidade é muito maior! O que teria mudado? Teriam os que hoje definem o que é “bom” para a USP capitulado aos ditames da consultoria McKinsey?

CONHEÇA AS INSTÂNCIAS POR ONDE SERÁ CONTROLADA SUA VIDA ACADÊMICA

O que diz a Reitoria

CONHEÇA AS INSTÂNCIAS POR ONDE OS PROJETOS ACADÊMICOS VÃO PASSAR

CPA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO

Coordena e organiza os processos de avaliação docente e institucional na USP. Integram a CPA uma comissão e duas câmaras

CP

COMISSÃO PLENÁRIA

O QUE FAZ?

- Planeja, coordena e aperfeiçoa a avaliação na USP
- Orienta a elaboração de projetos das unidades, museus e institutos especializados
- Aprova relatório periódico da USP
- Aprova propostas normativas da CAI, CAD e da própria CP
- Aprova, em caráter excepcional, a progressão horizontal de Associado 1 para Associado 3

QUEM FAZ PARTE?

- Vice-reitor; preside a CPA e a CP
- Pró-reitores
- Membros da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA)
- Presidentes e vice-presidentes da CAI e da CAD
- Presidente da Cert
- Um representante discente de graduação e um de pós-graduação

CAI

CÂMARA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O QUE FAZ?

- Propõe à CP as diretrizes e calendário de avaliação de departamentos, unidades, museus e institutos especializados
- Apóia o desenvolvimento de seus projetos acadêmicos e elabora o relatório periódico de avaliação
- Aprova o protocolo de compromisso das unidades com desempenho acadêmico insatisfatório
- Propõe a edição de normas que disciplinem a atividade institucional

QUEM FAZ PARTE?

Integram a CAI e a CAD docentes que tenham se destacado em atividades acadêmicas na USP, professores titulares ou professores associados 3. Os presidentes serão eleitos pelos seus membros.

Cada câmara é composta de nove membros cada uma, da seguinte forma: três membros indicados pelo reitor (cada um de uma das grandes áreas do conhecimento) e seis eleitos diretamente pelos docentes da Universidade (dois de cada grande área)

CAD

CÂMARA DE ATIVIDADES DOCENTES

O QUE FAZ?

- Propõe à CP as diretrizes e calendário de avaliação de docentes
- Elabora o relatório periódico de avaliação de docentes
- Orienta departamentos na elaboração dos projetos docentes
- Aprova o relatório de avaliação docente encaminhado pela unidade. No caso de não validado, aprova o protocolo de compromisso
- Ajuda a USP na formulação da política de pessoal docente da Universidade

O que não é dito

CPA CP

- Controla todo o processo de “avaliação” na USP
- Direciona projetos institucionais
- Interfere diretamente na autonomia didático-científica das unidades
- Decide a progressão de Associado 1 para Associado 3
- Esmagadora maioria dos membros faz parte do primeiro escalão da USP!

Aliás, por que o presidente da CERT está aí?

CAI

- Direciona a “avaliação” das unidades e departamentos
- Nove membros rotulam unidades como aprovadas ou reprovadas
- Direciona e aprova protocolo de compromisso das unidades “mal avaliadas”
- Determina os graus de autonomia das unidades
- O fato de 2/3 de seus membros serem eleitos não lhe confere autonomia, já que as diretrizes da “avaliação” institucional são submetidas à aprovação da CP
- Três de seus membros são escolhidos diretamente pelo reitor

CAD

- Direciona e aprova protocolo de compromisso de docentes rotuladas/os como improdutivas/os
- Propõe ao reitor abertura de processo administrativo caso o/a docente não cumpra o protocolo podendo levar à **exoneração**
- O fato de 2/3 de seus membros serem eleitos não lhe confere autonomia, já que as diretrizes da “avaliação” docente são submetidas à aprovação pela CP
- Três de seus membros são escolhidos diretamente pelo reitor
- **Será que as unidades serão induzidas a propor a mudança de regime de trabalho de docentes como alternativa aos processos administrativos e à exoneração?**

Diversidade não combina com uniformização



Sob a batuta do vice-reitor Antonio Carlos Hernandes, coordenador da CPA, as 42 unidades e os 10 museus e institutos especializados da USP entregaram, em 31/8, seus projetos institucionais. Embora afirme-se que *“nessa fase não há um modelo fechado”*, os “planos de gestão” deveriam seguir as diretrizes definidas pela CAI, que decidiu monocraticamente os itens a compor os projetos e a forma de apresentá-los.

Em cerca de 20 páginas, as unidades tiveram que definir metas, objetivos, ações e perfis docentes para cada nível da carreira. A tentativa de uniformizar os projetos denuncia que tais diretrizes visam o enquadramento e o cerceamento, para permitir uma “avaliação” centralizada, que direcione a capacidade crítica e intelectual da USP.

A direção imposta pela CAI às unidades visa uma tal “projeção de melhoria”, seja lá o que isto signifique. Mas como projetar qualquer “melhoria” sem um

diagnóstico institucional fundamentado do que, de fato, precisaria ser melhorado?

Segundo o presidente da CAI, Luiz Roberto Giorgetti de Britto, as unidades terão que dar pesos para cada uma das funções essenciais da universidade. Ora, um projeto institucional com base na integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão não permite atribuir peso a cada uma dessas funções que, se de fato estão indissociadas, não admitem limite identificável entre elas, não comportam métricas.

A USP se caracteriza pela diversidade. Portanto, a uniformização de projetos é um ataque à produção de conhecimentos e às suas múltiplas possibilidades. Espera-se que esta saudável heterogeneidade se expresse nos projetos das unidades, mostrando um retrato da multiplicidade da USP. Espera-se que, mesmo submetidas à imposição da CAI, elas proponham diferentes trajetórias e perspectivas acadêmicas.

Sobre os perfis docentes

A progressão na carreira é uma construção individual, peculiar ao tempo e ritmo de cada docente, e que depende também das condições oferecidas pelas unidades. A definição de um único perfil para cada etapa da carreira é mais um **equivoco intencional** desse processo de “avaliação”. Assim, espera-se que os projetos institucionais contemplem uma visão mais inclusiva dos perfis docentes, que considerem as reais condições a que estão submetidas/os, aspecto central em uma avaliação com base científica.

Enquanto há uma tendência da ciência de avançar para possibilidades multi e interdisciplinares, a USP, apesar de propagandear tal intento, tenta estabelecer metas e recortes de produtividade que ignoram dimensões do fazer docente, suas áreas de atuação e, sobretudo, a interseção entre as várias áreas de conhecimento.

Tem sido frequente a atuação de docentes em mais de uma unidade, também a busca de colaboração com colegas de outras áreas, em um movimento que valoriza a complexidade da vida e das relações humanas. Porém, na contramão destas e de outras atitudes que propiciem avanços científicos, os padrões quantitativos pretendidos pela “nova” CPA impedem o livre pensar e fazer.

Enquanto as condições de trabalho são degradadas, exige-se maior produtividade com a possibilidade de, no futuro, unidades serem “premiadas” com a falta de autonomia e docentes, com a **exoneração**. Ou seja, quem não se enquadrar nos indicadores impostos poderá ser descartada/o como “lixo de excelência”!

Legitimar o já estabelecido?

Como os projetos das unidades ainda não foram aprovados pela Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA) e os de departamentos e docentes eventualmente sequer foram elaborados, parece razoável pressupor que o ciclo “avaliativo” ainda não teve início. Porém, departamentos, unidades, institutos e museus estão sendo orientados a colocarem em prática seus projetos acadêmicos para 2018-22!

Essa confusão revela a pretensão de que tais projetos legitimem o já estabelecido: o **modelo de “avaliação” centralizada, promovida pela CERT** durante o período experimental dos regimes de trabalho; a **redução do quadro docente em RDIDP**; a **não reposição de cargos** e a **contratação de docentes em caráter temporário**. Ademais, causa perplexidade a cartilha “Avaliar para evoluir” informar como será a contratação docente daqui por diante: via abertura de processos seletivos (portanto, temporários) ao invés de concursos públicos, como previsto na Constituição.



Tutela ou autonomia? Prêmio ou castigo?

As unidades que tiverem seus relatórios reprovados deverão apresentar um protocolo de compromisso e receberão “apoio” para elaborar seus projetos de “melhoria”.

Pretende-se, portanto, submeter as unidades a uma autonomia tutelada, pois imposta pelas comissões centrais que podem reprovar os relatórios institucionais. Como ficaria então a autonomia didático-científica das unidades?

Caso o relatório da unidade seja aprovado, acena-se com ampliação de sua autonomia, p.e., na avaliação docente. Vale dizer, a autonomia torna-se um prêmio. Logo, a avaliação pelas comissões centrais revela-se um castigo, com possibilidade de rendição ao modelo pré-estabelecido pela CPA. Mais um indício de que a centralização dessa “avaliação” fere a autonomia didático-científica das unidades e, por conseguinte, a autonomia do próprio corpo docente!

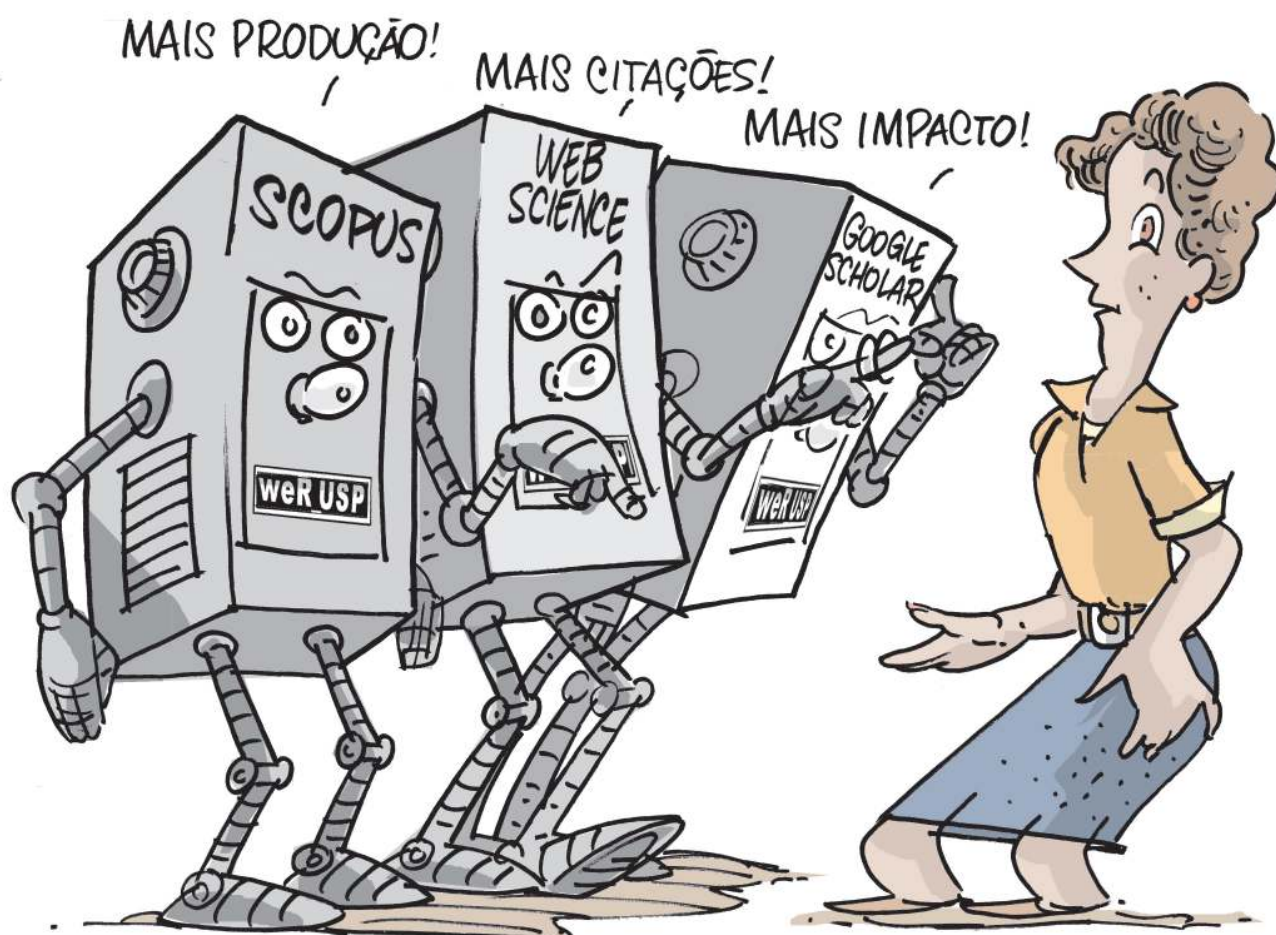
Projeto acadêmico deve caber nas "caixinhas" da Reitoria

■ Projetos de docentes terão formato eletrônico com formulários elaborados pelas comissões centrais. Dizem que é para ajudar. Mas não perguntaram se há concordância com isso. Nem tampouco se esse é o melhor formato e se é possível definir um único formulário para a universidade toda.

■ Como projetos que devem considerar históricos, contextos, análises e metodologias podem se limitar a campos de um formulário?

■ Será que professoras e professores da USP precisam que lhes sejam explicados os significados de "objetivo" e de "metas"? Infantilizante, constrangedor! Cabe a um grupo reduzido de docentes tutelar todo o corpo docente?

■ Se o projeto será feito em um formulário, os relatórios provavelmente também o serão. As atividades acadêmicas e científicas deverão enquadrar-se em modelos que caibam nas "caixinhas" dos sistemas e da burocracia.



"Avaliação" será referência para punir e enquadrar docentes

■ Nos sistemas usp, no ícone perfil docente no weR_USP, docentes já estão transformados em números, gráficos e quiçá em pizzas! Ao que tudo indica seremos avaliados por índices de impacto, volume de citações e outros indicadores quantitativos, todos constantes dos variados bancos de dados.

■ Esta é a falácia que não desiste de aparecer e que gera constrangimento por onde é lida ou ouvida: "*Haverá indicadores quantitativos que servirão de base para avaliação da qualidade. Os parâmetros levarão em conta as especificidades das diferentes áreas do conhecimento existentes na Universidade, assim como a avaliação dos alunos*".

■ A CAD tem poder e pode causar danos: orienta unidades sobre avaliação docente por pares externos; propõe à CP diretrizes de avaliação docente; aprova relatório docente e protocolo de compromisso; propõe à Reitoria a abertura de processo administrativo, que pode levar à exoneração da/o docente!



1 CERT controla e direciona docentes recém contratados

2 CAD controla e direciona docentes ao longo de suas carreiras. Pode premiar e pode castigar

0 passo a passo da parafernália

3 CAI controla departamentos e unidades. Premia umas e mantém outras sob tutela



*“Alocar recursos financeiros de acordo com a **relevância das unidades, em linha com os objetivos de excelência acadêmica**”*
(item 9 das recomendações do relatório McKinsey)

4

CPA de olho em tudo e em todos

5

Interesses externos tocados por porta-vozes internos



6

Resumo da ópera

CERT dá o tom – avalia docentes no início da carreira

CAI/CAD executam a sinfonia da "avaliação" permanente, orquestrada pelo alto estafe da USP e regida por interesses alheios à instituição

Nova "avaliação" só fará a universidade pública involuir

É inacreditável que esse aparato "avaliativo" tenha sido criado para fazer a USP "evoluir". Afinal, todo o processo que culminou com a aprovação do Regimento da "nova" CPA e do Estatuto do Docente parece ter partido do princípio de que nada existia antes dele: uma universidade de referência, unidades com autonomia didático-científica, docentes avaliados das mais variadas formas e regime preferencial de dedicação exclusiva ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

Tarefa árdua pensar em evolução quando unidades, departamentos ou equivalentes e docentes estarão assaz ocupados, atendendo a demandas externas, elaborando planos de metas, projetos, protocolos de compromisso, fazendo relatórios, cumprindo ações para que somem os "pontos" necessários, preenchendo formulários e muito mais.

Todas essas tarefas nos afastarão do que, em especial, nos trouxe à universidade: o exercício de atividades acadêmicas e científicas com autonomia, liberdade, de modo crítico e reflexivo; a busca pelo conhecimento, partilhando-o com estudantes e aprendendo juntos, repartindo-o com a sociedade e evoluindo com a experiência; a vivência cotidiana da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

Essa indissociabilidade, própria das universidades públicas, mostrou que elas constituem um modelo bem sucedido, que trouxe a essas instituições o respeito e o reconhecimento da sociedade que as sustenta. A USP é o exemplo mais reconhecido desse modelo. Seria por isso que se impõe mudá-la?

Revista Adusp 60



CERT e McKinsey como referência?

O formato de “avaliação” numérica, quantitativa e dissociada dos contextos peculiares de cada unidade e universidade está presente, há muito, nas draconianas normas da Capes, nos critérios das agências de fomento, nas tabelas de pontuação que começam a aparecer em alguns concursos públicos e, na USP, sobretudo nos pareceres lacônicos e nada acadêmicos da CERT por ocasião dos relatórios de regime experimental.

No entanto, foi na gestão Zago-Agopyan que esse modelo se institucionalizou, com a aprovação do Estatuto do Docente e do Regimento da “nova” CPA. Este processo teve início em 2014, quando ficou escancarada a crise de financiamento das universidades estaduais paulistas. Crise esta sempre negligenciada pela Reitoria que, com o aval da maioria do Conselho Universitário, jamais defendeu as universidades públicas perante o Executivo e a Assembleia Legislativa na busca por recursos adequados e nunca denunciou a ampla sonegação de impostos no Estado.

Desde então, a USP vem sendo submetida a constantes ataques, que são desfechados pela própria Reitoria: desvinculação e sucateamento dos hospitais de referência (HRAC e HU), fechamento de creches, redução dos quadros de docentes e de funcionários, solapamento do RDIDP, subfinanciamento de unidades, falta de recursos para bolsas e políticas de permanência estudantil e compressão salarial.

Tudo isso foi reafirmado pelos “Parâmetros de (in)Sustentabilidade”, aprovados pelo Conselho Universitário em 2017 sob aparato de bárbara repressão policial a aquelas e aqueles que ousaram discordar. Para as oligarquias que dominam a USP é preciso sacrificar a universidade, adaptando-a aos recursos existentes, ainda que reconhecidamente insuficientes.

Tais medidas constam do relatório da consultoria McKinsey, clandestinamente contratada pela Reitoria, sob o disfarce de querer fazer a USP subir em *rankings* que desconsideram a diversidade e os vários contextos em que cada universidade se insere. Pode-se che-

car, em um rol de slides nada convincentes, as muitas “sugestões” da McKinsey implantadas nas últimas gestões, incluindo a de captar recursos outros, por meio de convênios com entidades privadas e, ainda, a de implantar um sistema de avaliação na USP!

Viés mercantil

Daí talvez a insistência — da anterior e desta gestão — de que as pesquisas na USP priorizem o viés mercantil, que se traduz em empreendedorismo, inovação e internacionalização, em lugar da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

É inevitável concluir que esse “sistema de avaliação” busca o controle do corpo docente, por meio de perda da estabilidade e precariedade dos contratos e das condições de trabalho. Pretende-se, de um lado, reduzir o quadro de servidores para diminuir os gastos com a folha de pagamento e, de outro lado, zelar para que as pesquisas sejam cada vez mais direcionadas a interesses de setores privados e de mercado, que possam “gerar recursos”.

Pragmaticamente, poderíamos pensar que, sobretudo em tempos de crise, captar recursos de empresas privadas — beneficiadas por pesquisas na universidade pública — talvez não fosse ruim. Contudo, uma observação mais atenta mostra que os recursos obtidos por fundações privadas ditas “de apoio”, via convênios e cursos pagos, têm servido, sobretudo, para complementar o salário de docentes em RDIDP envolvidos nesses projetos remunerados, em flagrante suspeita ética, porque, não bastasse o desvirtuamento da universidade pública e gratuita, para esta sobram apenas migalhas.

Por tudo isso, podemos afirmar que a implantação dessas comissões centrais para “avaliar” unidades e docentes **só fará a USP involuir**. E isto é muito grave.

A USP é uma instituição de referência para a universidade pública no Brasil e na América Latina. Assim, permitir que esse processo aqui se estabeleça é um retrocesso, não só para a USP como, certamente, para as universidades públicas no país e no continente.

ESPECIAL Adusp

Outubro de 2018

DIRETORIA

Rodrigo Ricupero,
Ivã Gurgel,
Michele Schultz Ramos,
Ana Luiza da Costa,
Claudio Alvarenga de Oliveira,
Waldir Bevidas,
Lilian Gregory,
Marcos Sorrentino,
Eliel Orenha,
Annie Schmaltz Hsiou

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Ilustrações: José Nogueira Ohi

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Tiragem: 10.000 exemplares

Gráfica: Hawaii

Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)

Seção Sindical do Andes-Sindicato Nacional

Av. Prof. Almeida Prado, 1366

CEP 05508-070 - Cid. Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3091-4465, 3091-4466, 3724-8900

Mais informações em
<http://www.adusp.org.br/cai-cad>



**NÃO HÁ AVALIAÇÃO REAL
SEM DEMOCRACIA EFETIVA!**

Adusp